



UMA RELAÇÃO ENTRE A FUNÇÃO *KERNEL* DE PLANTINGA, O DESCRITIVISMO SEMÂNTICO E A TEORIA CAUSAL DA REFERÊNCIA DE KRIPKE

RALPH LEAL HECK¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é explorar a função Kernel proposta por Plantinga como capaz de sintetizar e conciliar a teoria descritivista dos nomes próprios, a teoria causal dos nomes de Kripke, as críticas (modal, semântica e epistêmica) de Kripke ao descritivismo e os argumentos contra tais críticas. A conclusão é que a função Kernel contraria as críticas epistêmica, semântica e modal de Kripke. Mas, diferente do contra-argumento de Dummett, a saída de Plantinga é identificar propriedades essenciais do referente do nome por meio da função Kernel, unificando descritivismo com a aplicação da teoria causal da referência de Kripke para além de nomes, estendendo-a às propriedades. Para chegar a este resultado, inicio expondo os fundamentos do descritivismo, seguido de sua versão mais elaborada: o descritivismo de cacho (*cluster descriptivism*). Por conseguinte, apresento as críticas modal, semântica e epistêmica de Kripke, seguido de um contra argumento a cada uma destas críticas. E, por fim, apresento a função Kernel de Plantinga e sua conciliação com estas abordagens aparentemente opostas dos nomes próprios.

PALAVRAS-CHAVE: Nomes Próprios; Descritivismo; Kripke; Função *Kernel*; Plantinga.

ABSTRACT: The purpose of this article is to explore the Kernel Function proposed by Plantinga as capable to synthesize and reconcile the descriptive theory of proper names, the causal theory of Kripke's names, Kripke's critique (modal, semantic and epistemic) descriptivism and the arguments against such criticisms. The conclusion is that the Kernel Function runs counter to Kripke's epistemic, semantic, and modal critiques. But unlike Dummett's counter-argument, Plantinga's output is to identify essential properties of name's referent through the Kernel Function, unifying descriptivism with the application of Kripke's causal theory of reference in addition to names, by extending it to properties. Therefore, I present Kripke's modal, semantic, and epistemic criticism, followed by a counter-argument to each of these criticisms. And finally, I present Plantinga's Kernel Function and its reconciliation with these seemingly opposite approaches to proper names.

KEYWORDS: Proper Names; Descriptivism; Kripke; Kernel Function; Plantinga.

Apresentar este tópico é de muitos modos relevante para a filosofia da linguagem. Ao tratarmos das críticas de Saul Kripke à teoria descritiva dos nomes próprios. Nos colocamos em uma clareira de onde se pode seguir adiante por diversos caminhos. O problema dos nomes

¹ Professor substituto de Filosofia na Universidade Federal do Ceará (UFC) e professor de Filosofia da Faculdade Católica de Fortaleza (FCF). Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: ralph.leal.heck@gmail.com.

próprios levantado por ele dialoga imediatamente com os fundadores da tradição analítica Frege, Russell e Wittgenstein, e com filósofos que ainda estão a produzir filosofia, como John Searle e Alvin Plantinga. Neste sentido, apropriar-se desta questão e de seus argumentos auxilia na compreensão de diferentes filosofias da linguagem e da importância da retomada e reintegração de assuntos que se havia pensado extraditados da filosofia analítica, como a Metafísica e a Filosofia da Consciência.

A questão do nomear é quase tão antiga quanto a própria filosofia, além de ter reconhecida importância em tradições religiosas e místicas ao longo dos séculos. No interior da prática de nomear, nos debruçaremos sobre os nomes próprios. O questionamento sobre a origem e a natureza do nome próprio e sua possível relação com propriedades vinculadas, de algum modo, ao significado do nome, encontra suas primeiras formulações e críticas na filosofia ocidental com Platão, em especial no diálogo *Crátilo* (cf. PLATÃO, 2014), onde se discute se 1) seria o nome uma imitação da coisa nomeada, partilhando alguma propriedade com ela; ou 2) seria apenas uma convenção para se reportar à coisa nomeada. Seria o nome correto de Sócrates, “Sócrates”? (383b) Ou o nome “Hermógenes”, que etimologicamente significa filho de Hermes, deus comércio e dos mercados, hábil, artificioso e poderoso no discurso: seria então Hermógenes, em função de seu nome, herdeiro de tais propriedades ou das propriedades do filho de Hermes, o deus Pã? (408b-408d).

Tais questões encontraram, apenas no início do século XX, com os trabalhos de Frege, Russell, Wittgenstein e o desenvolvimento da lógica moderna, contornos mais nítidos, mas não menos dignos de contenda, originando formas diversas de interpretação e tratamento do papel que os nomes desempenham no complexo maquinário da linguagem. Neste sentido, a pergunta pela natureza e funcionamento dos nomes próprios passa a ser uma pergunta por seu papel lógico na linguagem. Esta pergunta pode ser expressa nos seguintes termos: como um nome próprio vem a significar o que significa e como ele se relaciona com os outros componentes da linguagem?, i.e., como ele é capaz de designar uma e apenas uma entidade em uma multidão potencialmente inesgotável delas, incluindo entidades homônimas, e como tal propriedade de nomear interage com o restante do enunciado e de seu significado?

Frege foi um dos primeiros filósofos a desenvolver conceitos que alicerçaram o desenvolvimento da semântica lógico-filosófica², subárea da filosofia da linguagem responsável por sanar tais perguntas. Frege tem dois conceitos semânticos fundamentais que

² Se inserem como importantes nomes contemporâneos desta discussão: J. S. Mill (1973) e Barcan Marcus (1961), mas não trataremos diretamente de suas argumentações, embora se encontrem presentes por intermédio dos argumentos de Russell, Kripke e Plantinga.

orientarão nossa discussão: o sentido (*Sinn*) e a referência (*Bedeutung*) (cf. FREGE, 2009). O sentido explica como determinada expressão componente de um enunciado, e também um enunciado completo, captura um modo de manifestação do objeto visado pela expressão, através de uma mediação cognitiva e linguística entre o falante e o objeto que é publicamente compartilhável entre outros falantes. Já o conceito de referência corresponde, por meio de uma expressão linguística, à identificação de um objeto extralinguístico denotado por ela³, o qual é suportado por certas regras da linguagem (ou do pensamento).

Há três tipos de componentes linguísticos para Frege: enunciados, predicados e nomes. Os enunciados são decomponíveis em predicados e nomes. Os nomes (*Eigenname*) podem ser uma classe composta de expressões como pronomes demonstrativos, descrições que apenas um indivíduo satisfaça e nomes próprios. Quando a expressão é um nome, por meio de seu sentido, capturamos determinado modo de apresentação do objeto visado e por meio de sua referência obtemos a identificação⁴ entre a expressão e o objeto a que se refere por meio dela. Entretanto, a passagem do sentido para a referência é tudo menos tranquila. Há duas questões que precisam ser esclarecidas nesta passagem.

1. Da referência de uma expressão não se obtém outros sentidos além daqueles que o sujeito epistêmico tem à disposição para chegar ao referente. Isto significa dizer que nomes próprios não são determináveis *a priori* em sentenças que expressem atitudes proposicionais. Por exemplo, que “Pedro sabe que a estrela da manhã é Vênus”, e que “Pedro sabe que Vênus é um planeta”, não se segue que “Pedro sabe que a expressão estrela da tarde tem a mesma referência que Vênus”, sem que antes ele ou alguém tenha feito uma investigação astronômica.

2. Frege elabora dois princípios de análise dos enunciados, chamados princípio da composicionalidade e princípio do contexto, que fornecem as condições necessárias e suficientes para a análise sintática e semântica das expressões da linguagem. O primeiro princípio declara que o significado de um enunciado é função do significado de suas partes e o princípio do contexto diz que o significado de uma parte do enunciado é determinado em função do papel que a parte desempenha no todo do enunciado. Nestes termos, identificamos três significados para o sentido fregeano: a) componente fixador de referência; b) componente que

³ Uso a expressão “objeto extralinguístico” como abreviação das classes de entidades que, segundo Frege, podem ser reportadas pelas expressões dotadas de referência, como entidades (empíricas e não-empíricas), conceitos e pensamentos, como veremos a seguir. Chamo a atenção para a expressão “extralinguístico”, pois, para Frege, além da dimensão empírica há uma dimensão mental pré-linguística.

⁴ O conceito de identificação em uso é de natureza epistêmica. A identificação ocorre ao sairmos do reconhecimento do sentido da expressão para o reconhecimento da sua referência por intermédio do sentido.

contribui com o sentido do enunciado no qual ocorre e; c) requisito linguístico-cognitivo de usos válidos da expressão (cf. KRIPKE, 1996. pp.59-60, para os dois primeiros significados).

3. Há ainda o fato de que nomes têm sentido, mesmo que não tenham referente. Por exemplo, Sherlock Holmes e o detetive da 221B em Baker Street. Ambos são modos de apresentar determinada entidade, mas ela não existe factualmente. Para Frege, sentenças que empreguem nomes sem referência não têm valor de verdade, sendo simplesmente indeterminadas.

Bertrand Russell, no artigo *on denoting* (RUSSELL, 1905), aprimora a noção fregeana de nome ao interpretar que uma descrição contendo um artigo definido ligado a uma ou mais propriedades satisfazíveis unicamente por uma entidade pode ser representada por uma concatenação de predicados ligados por quantificações específicas. Com isto ele elimina a questão (3) acima. A tal estrutura lógica denotativa Russell chama de descrição definida. Ela tem a forma geral:

$$\exists x(\varphi x \wedge \forall y(\varphi y \rightarrow x = y)).$$

Onde a quantificação universal sobre y e o predicado de igualdade garantem que haja, não mais, nem menos que uma entidade que satisfaça o predicado φ . Deste modo, além dele demonstrar como podemos substituir um nome próprio por uma descrição definida em dado enunciado e vice-versa, ele também resolve o problema da ausência de valor de verdade de enunciados tornando nomes sem referente apenas falsos.

1. O Descritivismo

A tradição passou a chamar tal tratamento dos nomes próprios como teoria' descritivista dos nomes próprios (KRIPKE, 1996. pp.26-28). Note que esta teoria é uma classe na qual se inclui a teoria russelliana dos nomes próprios (GRAÇA, 2002. pp.3ss) que tem em seu fundamento uma combinação entre a semântica dos nomes de Frege e a teoria das descrições definidas de Russell. Segundo Kripke, a teoria descritivista tem três pressupostos básicos: i) Nomes próprios possuem sentido e referência. ii) Nomes próprios possuem sentido, mesmo sem referência. iii) Um nome pode ser substituído por uma descrição definida preservando sua referência e vice-versa. Há três vantagens na aceitação da teoria descritivista (KRIPKE, pp.28-29): i) A explicação da associação do nome com a entidade extralinguística nomeada, por meio do sentido de uma descrição definida. ii) A explicação do ganho epistêmico com a descoberta de correferencialidade entre diferentes sentidos. Por exemplo, descobrir que a “estrela da manhã” é a “estrela da tarde”. iii) A explicação dos existenciais negativos, uma vez que a negação da descrição definida produz a afirmação de que ou ninguém tem a propriedade φ ou

que duas ou mais pessoas a possuem. Mas a dificuldade em identificar uma única descrição definida para substituir um nome próprio deu origem a uma versão mais elaborada e flexível do descritivismo, que chamarei de descritivismo de Searle-Wittgenstein (cf. *Ibidem.*, pp.30-32; pp.61-67). Indicado no §79 das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein (Wittgenstein, 2009. pp.58-59), e aprimorado no artigo “Proper Names” de Searle (SEARLE, 1958), a descrição definida específica que deve substituir um nome próprio deve ser repensada sob as seguintes modificações:

Nomes são para referir e não para descrever (SEARLE, 1958. p.167). Eles não têm sentido independente, tal como pensava Frege. E a igualdade entre nomes pode ser definida analítica ou sinteticamente, dependendo do sistema linguístico de referência e do estágio de aprendizagem do falante. Os nomes, portanto, não são “abreviações de descrições, mas ganchos nos quais se penduram descrições” (*Ibidem*, p.172). Neste sentido, nomes são locais lógicos onde orbitam um conjunto de propriedades e relações definidas e indefinidas, as quais se espera serem referidas pela mesma entidade referida pelo nome. Por exemplo, no processo de aprendizagem, da descrição chegamos ao referente do nome. Uma vez competentes no emprego do nome, não é mais necessária a descrição para se referir ao objeto.

Outra característica é que o erro ou o desconhecimento acerca da atribuição de um ou mais destes predicados do conjunto não implica na falha da descrição, pois a última palavra está no contexto e no objetivo da passagem do sentido para a referência. Segundo Searle, isto apresenta uma diferença entre os papéis da descrição, do nome e do demonstrativo na linguagem. Uma vez estabelecido o nome, ele se refere sem uso do contexto, ao passo que a referência da descrição é mediada pelo reconhecimento de características do referente e a referência de um pronome demonstrativo depende do contexto de enunciação.

Desta forma, o nome tem a função exclusiva de referir-se ao seu portador. E tal portador tem associado a si um cacho (*cluster*) de propriedades (e/ou relações) que facilitam o reconhecimento da identidade de referências entre os outros dois mecanismos de referenciais: o nome e o demonstrativo.

O que Searle e Wittgenstein entendem por uma descrição φ de algum objeto passa a ser uma disjunção de *propriedades essenciais*, necessárias para a correferencialidade com o nome (cf. *Ibidem*, p.172): $\varphi = \{P_1 \vee P_2 \vee \dots \vee P_n\}$. Entretanto, não é necessário que os falantes tenham conhecimento de todas as propriedades que são satisfeitas pelo indivíduo a que se faz referência, nem mesmo que sejam verdadeiras todas aquelas que o indivíduo atribui à entidade. (*Ibidem*, p.171). Basta que o contexto de diálogo forneça a condição de satisfação de algum dos

predicados e, portanto, a identificação da referência, e que não seja ferido nenhum dos predicados necessários. Nas palavras de Searle: “descrições definidas (...) referem nos dizendo o que o objeto é. Mas nomes próprios referem sem sequer se levantar a questão sobre o que é o objeto.” (Ibidem, p.172). Em casos de existenciais negativos, como na frase “Hesíodo nunca existiu”, não apenas se significaria que não há um indivíduo que se chama Hesíodo, mas que um ou mais dos predicados da conjunção que se pensava *necessariamente* atribuídos a Hesíodo não se aplica a indivíduo algum.

Há ainda uma distinção fundamental implícita na diferença entre o que o nome se refere e o papel que o contexto desempenha no reconhecimento deste referente. Esta questão foi identificada por Strawson (1950) e reconhecida por Searle e Kripke. A questão o levou a afirmar que os componentes semânticos sentido e referência não são suficientes para analisar o significado na linguagem. Strawson afirma que aquilo que Frege e Russell chamaram de referência escamoteia uma distinção fundamental para a semântica filosófica: a diferença entre denotação e referência. Além do conceito usual extensional de denotação, o componente semântico *referência* deve ser entendido como a relação entre a expressão linguística e o que o falante tem *intenção de referir*, no contexto de enunciação da expressão. É inspirado nesta distinção entre o uso intencional-contextual de uma expressão, a referência, e a tentativa de encontrar uma explicação para a denotação direta, de modo que esta não fizesse uso de mediadores cognitivos e contextuais, que Kripke elabora um conjunto de críticas ao descritivismo.

2. Kripke e as críticas ao descritivismo

Kripke, na obra *Naming and Necessity*, faz um levantamento das principais teses do descritivismo com o objetivo de prova-lo falso. Ele afirma que há seis teses que compõem o fundamento do descritivismo. Sejam dados uma entidade X e um cacho de predicados φ (KRIPKE, 1996. p.71):

- 1) Para cada nome ou expressão designando ‘X’, há um cacho (cluster) de propriedades correspondentes, nomeadamente, a família daquelas propriedades φ de modo que A acredita que “ φ X”.
- 2) Uma das propriedades, ou alguma conjunção delas, é *acreditada* por A capaz de selecionar unicamente algum indivíduo.
- 3) Se a maior parte ou a mais relevante das partes dos φ 's são satisfeitos (denotados) por um único objeto y, então y é o referente de ‘X’.
- 4) Se o cacho não comporta unicamente um objeto, ‘X’ não refere.
- 5) O enunciado, “se X existe, então X tem a maior parte dos φ 's” é passível de ser conhecido *a priori* pelo falante.
- 6) O enunciado, “se X existe, então X tem a maior parte dos φ 's” expressa uma verdade necessária (no idioleto do falante)

C) Para qualquer teoria bem sucedida, a descrição não deve ser circular, *i.e.* o termo de referência não deve aparecer como uma propriedade.⁵

A forma geral dos argumentos de Kripke contra o descritivismo é a seguinte:

- i. Os nomes próprios têm uma propriedade α .
- ii. Descrições definidas não têm esta propriedade α
- iii. Seja n um nome próprio e φ uma descrição definida, então n e φ não convergem em seus papéis semânticos.

iv. (Pela lei dos indiscerníveis) Nomes próprios e descrições definidas não são intersubstituíveis.

Kripke elabora três argumentos contra o descritivismo: o argumento modal-metafísico, o argumento semântico e o argumento epistêmico. Dentre eles, o modal-metafísico é o mais forte, do qual o semântico e o epistêmico são consequência.

2.1 O argumento modal-metafísico

Este argumento (cf. KRIPKE, 1996. p.71-77) representa um ataque à afirmação 6) e mostra que a associação do nome com um conjunto de propriedades e que a usemos para identificar o portador do nome não implica que tais propriedades sejam essenciais, *i.e.* necessárias. Para isto, Kripke recorre ao conceito de mundos possíveis. Pois, para alguma entidade A , se a descrição definida de A : $\exists x(\varphi x \wedge \forall y(\varphi y \rightarrow x = y))$ no mundo em que a descrição é enunciada, então φ é um conjunto de propriedades necessárias de A (*i.e.* verdadeira em todos os mundos possíveis). Aqui, mundos possíveis devem ser entendidos como combinações exaustivas, logicamente possíveis, de descrições do mundo, isto é, conjuntos de combinações logicamente possíveis entre entidades e predicados. Suponhamos agora que A seja Aristóteles e

$$\varphi = \{x \text{ é Estagirita}, x \text{ é Preceptor de Alexandre}, x \text{ é autor de Ética a Nicômaco}\}$$

Se a afirmação acima fosse o caso, então a descrição definida denotaria Aristóteles em todos os mundos possíveis. Mas bastaria que a entidade referida por “Aristóteles” não tivesse possuído as propriedades descritas em φ e ao invés disso, por exemplo, ter tido as propriedades “ x é um plantador de oliveiras” ou “ x nasceu na Trácia” para que a descrição definida falhasse em sua denotação. Mesmo em casos em que a entidade não satisfaz algum dos requisitos

⁵ (C) é um corolário das sentenças anteriores. Não pode haver circularidade, pois seria tautológico e nem “X” pode ser uma propriedade, pois “X” desempenha um papel linguístico e epistêmico diferente das propriedades associadas a ele.

elencados na descrição (digamos que Aristóteles não tivesse sido preceptor de Alexandre), ainda assim, não seria possível recorrer à noção de necessidade, uma vez que, que φ na descrição definida é a conjunção de das propriedades. Mas, como manter a denotação fixada?

A saída de Kripke é estabelecer os nomes próprios como *designadores rígidos* (KRIPKE, 1996. p.48-49). Inspirado na noção de referência dos nomes no *Tractatus* de Wittgenstein (WITTGENSTEIN, 2010. p.151. proposições 3.201-3.221.), na noção de batismo e nomear por ostensão de suas *Investigações Filosóficas* (WITTGENSTEIN, 2009. pp.35-37; §38-39) e na noção de nomes logicamente próprios de Russell, tais designadores rígidos funcionam a partir de um batismo intencional, aplicando o nome sobre a coisa nomeada. O batismo vincula a expressão linguística à entidade extralinguística, seguindo um processo de reconhecimento público. E por uma cadeia causal semelhante à passagem do conhecimento por familiaridade ao conhecimento por descrição de Russell (RUSSELL, 2016. pp.107-119.; 1905. pp479-480.), a nomeação, mesmo em face da variação que os próprios nomes podem adquirir em cada um dos mundos possíveis, é fixada como a denotação do objeto no mundo atual, em relação a todos os mundos possíveis (cf. KRIPKE, 1996. pp.88-97). Assim:

- 1) Os nomes próprios funcionam como designadores rígidos.
- 2) Descrições definidas não funcionam como designadores rígidos.
- 3) Seja n um designador rígido e φ uma descrição, então n e φ não convergem em seus papéis semânticos.
- 4) Nomes próprios e descrições definidas não são intersubstituíveis, *salva veritate*.

2.2 O Argumento Semântico

Vejamos o segundo argumento de Kripke, o argumento semântico (KRIPKE, 1996. 78-85). Seu objetivo é mostrar que a descrição pode ser satisfeita por outro indivíduo que não o portador do nome que seria seu substituto. Neste argumento, ele demonstra que o significado do nome não contribui por si para a associação da entidade nomeada com a descrição definida. Do mesmo modo que o significado da descrição definida não contribui para a associação com o nome. O que prova que a intersubstituição do nome pela descrição e vice versa não é analítica.

Para isto, ele realiza um ataque em duas etapas: Contra a tese 2 ele argumenta: por meio da referência, usamos um nome próprio associado a propriedades não exclusivas à entidade nomeada, sem necessitar de recurso às descrições definidas, e isto não prejudica a denotação⁶.

⁶ Por exemplo, se pergunto ao pipoqueiro que trabalha em frente à escola do meu filho quem é aquele homem atravessando a rua e ele me responde “aquele é Einstein, o famoso cientista”, tal descrição falha em substituir o nome por não ser uma descrição definida, mas, em razão da referência, a expressão cumpre seu papel. Igualmente se ele me responde “aquele é Einstein, o criador da nova teoria da física”, “que teoria?”, pergunto. Ele diz: “A teoria de Einstein.”

E contra a tese 3 (descrição falsa): que um sujeito *S* se refira pelo nome *n*, o mesmo que *S acredita* ser unicamente denotado por um conjunto de predicados φ , isto não é condição suficiente para garantir a substituição de *n* por φ ⁷.

2.3 O argumento epistêmico

Este argumento ataca a fonte epistêmica da associação entre nome e descrição (cf. KRIPKE, 1996. pp. 86-87). Se o descritivismo fosse verdadeiro, a intersubstituição entre nome e descrição definida seria decidido *a priori*. O que não é o caso, conforme argumenta Kripke em duas etapas:

Com um ataque à tese 4: que um sujeito *S* refira pelo nome *n* o mesmo que *S acredita* ser unicamente denotado por φ , não é condição suficiente para garantir a substituição de *n* por φ . Pois *S* pode selecionar um conjunto de propriedades φ e *S acreditar* que tais propriedades se apliquem exclusivamente à entidade γ denotada por *n*, e, ainda sim, φ não ser satisfeito por γ . Com um ataque a tese 5: Em face das críticas às teses 3 e 4. Isto é, que da satisfação de φ inferimos a referência de *n* e da insatisfação de φ a ausência de referência de *n*, temos uma crítica à tese de que a existência de uma denotação para *n* pressupõe um conteúdo empírico julgável *a posteriori*, logo, não ele pode ser entendido como uma substituição *a priori* por um conjunto φ de propriedades.

Tendo em vista que a tese 1) é uma definição e C) um corolário⁸, segue-se que a teoria descritivista da referência não é necessária, nem analítica, nem *a priori*. Portanto, é falsa enquanto teoria filosófica. A argumentação de Kripke suscitou uma bateria de críticas. Selecionei uma crítica a cada um de seus argumentos contra o descritivismo.

2.4 A Contra-Crítica Modal

Este contra-argumento foi elaborado por Michael Dummett (DUMMETT, 1973. pp.112-116; pp.128-133) e tem o intuito de mostrar que há alguns predicados que são de fato essenciais, portanto necessários ao portador de um nome próprio. A chave para a compreensão do

⁷ Por exemplo, suponhamos que eu tenha a crença de que Albert Einstein é o criador da teoria da relatividade especial, mas, que na verdade, tenha sido sua esposa Mileva Maric Einstein a criadora da teoria. O fato de eu associar a ele a teoria não significa que seja assim, necessariamente. Logo, este vínculo não é analítico. Não está nem teoricamente nem factualmente relacionado ao nome Einstein o predicado “criador da teoria da relatividade”.

⁸ Há uma terceira maneira de empregar o descritivismo, elaborada por Kneale (1962), e chama-se Descritivismo Metalinguístico. Ele afirma que, dentre os predicados que existem neste cluster descritivo, deve haver um predicado que seja autorreferencial, indicando que o portador do nome *m* tem a propriedade “ser o portador de *m*”, deste modo evitando que dois indivíduos que converjam em quase todos os predicados não sejam confundidos um pelo outro. O corolário é responsável por refutar o descritivismo metalinguístico de Kneale, basta ver o ataque de Kripke à definição circular de descritivismo (cf. KRIPKE, 1996. pp.68-70).

argumento de Dummett é a distinção entre afirmações *de Re* e afirmações *de Dicto* no contexto da argumentação modal. Vejamos novamente o raciocínio de Kripke:

P1. Se “Aristóteles” significasse “mestre de Alexandre”, então “Aristóteles pode não ter sido mestre de Alexandre” seria falso.

P2. “Aristóteles pode não ter sido mestre de Alexandre” é verdadeiro. (dadas outras circunstâncias, *i.e.*, outro mundo)

C. “Aristóteles” não significa “mestre de Alexandre”.

A Crítica de Dummett é a seguinte: A sentença “Aristóteles pode não ter sido mestre de Alexandre” é passível de ser lida de dois modos distintos, isto é, possui dois sentidos para os nomes, no modo *de dicto* e no modo *de re*:

De Dicto: (D1) $\Delta \exists x(\varphi x \wedge \forall y(\varphi y \rightarrow x = y) \wedge \neg \varphi x)$

De Re: (D2) $\exists x(\varphi x \wedge \forall y(\varphi y \rightarrow x = y) \wedge \Delta (\neg \varphi x))$

Lemos as sentenças do seguinte modo:

(D1) É possível que exista um e apenas um x que tenha sido mestre de Alexandre e que ele não tenha sido mestre de Alexandre.

(D2) Existe um e apenas um x que tenha sido mestre de Alexandre, mas é possível que ele não tenha sido mestre de Alexandre.

Ora, D1 é claramente contraditória. Já D2 é plenamente possível. Assim, se P1 for lido como D1 e P2 como D2, a conclusão a que chega Kripke não é uma consequência lógica das premissas.

2.5 Contra-Crítica Semântica

O contra-ataque a Kripke apresenta-se como uma crítica ao argumento de que a insatisfação das propriedades da descrição definida ou do cacho não implica a ausência de informações descritivas acerca de um nome próprio.

Há, de fato, a noção de que, para podermos julgar como falsa a associação entre o nome e uma descrição definida, é necessário ter algum tipo de conhecimento negativo, próprio do nome, que não é capturado por descrições definidas (BAUMANN, 2010, p.177). Há dois tipos de erro que podem ser cometidos pelos falantes e que suscitam a ocorrência desta informação negativa: i) o erro de um indivíduo associar incorretamente um nome a um cluster de

predicados. ii) o erro da comunidade falante ao não estabelecer corretamente ou mesmo alterar o conjunto de descrições definidas que denotam determinado objeto.

Ex. que “Einstein inventou a bomba atômica” seja falso, não implica que “Einstein” não tenha nenhuma informação descritiva associada. Ao aceitarmos que o enunciado “Einstein inventou a bomba atômica” seja falso, implicitamente associamos ao nome “Einstein” características indefinidas como não ser uma planta, nem um planeta, nem um produto químico etc.

Outro caso é a redefinição de um dado nome segundo determinada comunidade falante. Suponhamos que determinada sociedade entenda o pirata Thomas Cavendish como responsável pelos saques das cidades brasileiras de Santos, São Vicente, Ilha Grande e Vitória. Digamos que futuramente descubra-se que Cavendish não fez nenhum destes ataques. Ora, a despeito da mudança de predicados exclusivos, há informações que podem ser extraídas do padrão de emprego do nome Thomas Cavendish, como ser um humano, ser mortal, não ser um objeto inanimado, não ser um pássaro etc. Logo, há informações que podem ser obtidas analiticamente a partir do nome próprio, uma vez que se reconheçam os contextos sentenciais de emprego do nome.

Este tipo de possibilidade levou Ziff (1960. pp.85-87) a defender que os nomes sendo designadores rígidos, não pertencem a uma língua particular, mas se constituem uma classe semântica à parte de qualquer língua em que eles ocorram. O argumento é simples: Premissa 1 - É possível ter informações sobre um nome, mesmo sem saber quem é o seu portador. Premissa 2 - Não havendo nenhuma crença acerca do portador, não se sabe quem ele denota e se, de fato, denota algo em algum mundo possível. Conclusão: Portanto, nomes são apenas mecanismos de referência e não são parte da linguagem.

2.6 Contra-Crítica Epistêmica

Considerando posicionamentos epistêmicos contextualistas (cf. BAUMANN, 2010. pp.174-179), onde o contexto de justificativa de um enunciado determina quais afirmações são *a priori* e quais são *a posteriori*, na situação em que dois matemáticos ou lógicos estão discutindo, a sentença “Gödel é o autor da Teoria da Incompletude de Gödel” é verdadeira *a priori*. Do mesmo modo, em função da condição de referencialidade em todos os mundos possíveis de um nome, mesmo que a sentença “Gödel é o autor da Teoria da Incompletude de Gödel” seja tomada como falsa em algum destes mundos, é julgável *a priori* que “Gödel é um indivíduo” é verdadeiro.

3. A Função *Kernel* de Plantinga e a noção de nome

Em primeiro lugar, este percurso pelos argumentos a favor e contra o descritivismo nos serve como um panorama filosófico dos possíveis caminhos a se tomar sobre como devemos pensar uma filosofia da linguagem e em especial, subjacente a ela, uma metafísica. Meu posicionamento é que Plantinga executa um modo de conciliar estas duas visões. Em seu livro *The Nature of Necessity* (1982), ele investiga a noção de necessidade em uma tripla dimensão: linguística, metafísica e teológica. Em primeiro lugar, descreve a noção de necessidade lógica e a distingue de concepções materiais e epistêmicas, a partir de onde ele traça a distinção entre necessidade *de re* e *de dicto*. Sua meta é mostrar que podemos traduzir a primeira necessidade pela segunda. Em seguida, avalia algumas críticas ao essencialismo modal, que se mostram insuficientes. Ele propõe, então, sua forma de conversão do vocabulário *de re*. Após isto, apresenta uma concepção de mundos possíveis coerente com sua tradução, se propondo a resolver os problemas do essencialismo dos nomes, da identidade transmundana (i.e. a identificação de um mesmo ente dada sua variação gradual de propriedades ao longo dos mundos possíveis) e das entidades possíveis (presença de entes possíveis não-existentes). Por fim, ele investiga o problema do mal e a dimensão teológica sob esta nova ótica. Dentre estas etapas de investigação, o importante para este estudo compreende as objeções à noção de necessidade *de re* investigada por ele, sua solução de tradução da interpretação *de re* e sua concepção de nomes e propriedades.

Ao grupo que defende a existência fundamental de necessidade *de re*, ou da existência de propriedades essenciais e contingentes, chamamos de essencialistas metafísicos: “Para qualquer propriedade P há a propriedade de ter P essencialmente; e se x tem P essencialmente, então x tem a propriedade tendo P essencialmente.” (PLANTINGA, 1982. p.15) E isto implica que: i) a proposição da forma x tem P essencialmente implica que alguma coisa tem P essencialmente e, portanto é sujeita a quantificação existencial. Por exemplo, afirmar que 3 é essencialmente o sucessor de um número implica que i) 2 tem a propriedade de ser essencialmente o sucessor de um número; ii) há ao menos uma coisa que é essencialmente o sucessor de um número; e iii) que para qualquer propriedade P e quaisquer objetos x e y, se x é idêntico a y, então x tem P se e somente se y tem P (i.e. a identidade dos indiscerníveis de Leibniz).

Plantinga apresenta e critica três argumentos contrários ao essencialismo. A saber, a identificação do número com conjuntos, elaborada por Harman (1970) (ou outras classes de objetos - como proposições). Para Plantinga, esta crítica falha pela aplicação incorreta da lei da

identidade de Leibniz. A segunda crítica investigada por ele é feita por Kneale (1962), que afirma a necessidade *de re* ser uma relação ternária entre o objeto, uma propriedade *de re* dele e algum modo de designar o objeto em questão na forma $[\alpha \text{ tem } B \text{ essencialmente}] =^{Def.} [A \text{ proposição } \alpha \text{ tem } B \text{ é necessariamente verdadeira}]$ (PLANTINGA, 1982. p.20). Plantinga recusa esta abordagem mostrando que a formalização deste critério e sua subsequente quantificação existencial levam a uma atribuição *de re* às proposições usadas para observar as propriedades essenciais e não às coisas, como era de se esperar da definição de essencialismo (cf. Ibidem. p.21). A terceira crítica avaliada pertence a Quine (1960), que recusa terminantemente a modalidade *de re*. Segundo Plantinga, o emprego do *necessariamente* é um operador *de dicto*, como no exemplo “todos os enxadristas são necessariamente racionais”, e isto é interpretado por Quine como “Necessariamente, todos os A’s são B’s”, o que vem a ser apenas um modo de falar. Entretanto, até a leitura *de re* oferecida por Quine nos exemplos parece não corresponder à interpretação essencialista, como aponta Plantinga (cf. Ibidem. p. 25).

A ausência de uma solução satisfatória leva Plantinga a se voltar para a construção de sua própria resposta ao essencialismo. Sua meta é demonstrar que as sentenças *de re* podem ser expressas na forma de sentenças *de dicto*. Um dos objetivos desta proposta é fornecer condições de verdade para as sentenças *de re* em termos das sentenças *de dicto* (PLANTINGA, 1982. p.42). Para ele, uma sentença do tipo a) “João não poderia ter sido uma árvore” e uma do tipo b) “A proposição ‘João é uma árvore’ não poderia ser verdadeira” são em algum sentido equivalentes. Para Plantinga, esta equivalência é satisfeita se for possível provar uma bicondicional necessária em um sentido lógico amplo entre as duas proposições. Mas o formato de ambas escamoteia sua equivalência. A forma adequada da equivalência deve considerar a função semântica de cada uma delas. A proposição (a) passa a ser expressa como “João é essencialmente uma não-árvore” e (b) como “João é uma não-árvore e a proposição ‘João é uma árvore’ é necessariamente falsa”.

A proposta, portanto, é construir uma regra de conversão das sentenças do tipo (a) nas do tipo (b). Contudo, a variação na designação da entidade nomeada, como no nosso exemplo “João”, interfere radicalmente no resultado das conversões, já que deve haver uma identificação entre a proposição expressa em (a) e a proposição *citada* em (b), e esta identificação é determinada pela preservação da classe comum de implicações verdadeiras (PLANTINGA, 1982. p.30). A regra de conversão é chamada de *Kernel Function*.

A *Kernel Function* executa um conjunto de conversões de modo a certificar a bicondicional necessária entre proposições *de re* e *de dicto*, alternando entre uma proposição e sua negação e entre a modalidade e seu contrário. O cerne desta regra é: a equivalência semântica entre a afirmação $P(a)$ é necessariamente verdadeira e $\neg P(a)$ é necessariamente falsa; P é um predicado enário designável por uma expressão que tem o mesmo papel semântico de um nome próprio; e os nomes próprios atendem ao critério de *batismo* de Kripke.

Mas o que pretendemos apresentar é o argumento de conciliação a partir de sua *Kernel Function* (cf. Ibidem. p.28-32). Como foi dito, os enunciados modais *de re* são um subconjunto próprio dos enunciados *de dicto* e isto é demonstrado por meio de uma regra de conversão *de re* para *de dicto*, tendo em vista que um objeto que tenha como propriedade o complemento de suas propriedades é necessariamente falso, onde o complemento de uma propriedade P é não- P . A função é apresentada em três partes (D1, D2 e D3). Sejam dados um objeto x e uma propriedade P :

D1: Onde x é um objeto e P uma propriedade, a proposição Kernel com respeito a x e P ($K(x, P)$) é a proposição expressa pelo resultado da substituição de “ x ” e “ P ” em “ x tem o complemento de P ” pelos nomes próprios x e P .

D2: x tem P essencialmente se e somente se P e $K(x, P)$ é necessariamente falsa.

D3: Para qualquer objeto x e propriedade P , se x e P estão batizados, então $K(x, P)$ é a proposição expressa pelo resultado de substituir “ x ” e “ P ” em “ x tem o complemento de P ” por nomes próprios de x e P ; De outro modo, $K(x, P)$ é a proposição que seria expressa pelo resultado da substituição indicada se x e P fossem batizados.

Note que P passa a figurar como uma propriedade unária mesmo quando o predicado é binário, ternário ou de aridade maior. Por exemplo, se a sentença é *Carlos é necessariamente primo de Francicleber*, então x está para Carlos e P está para *primidade com Francicleber*. Logo a função Kernel seria: $K(\text{Carlos}, \text{não-primidade com Francicleber})$ é necessariamente Falsa.

Plantinga apresenta uma crítica elaborada por Parsons (1969. pp.47-48) que afirma a impossibilidade de conversão não-trivial das sentenças *de re* para as sentença *de dicto* e que a tentativa de tal estratégia implica em inconsistência em relação à semântica modal de Kripke, uma vez que uma fórmula não modal que não seja um teorema, em sua forma modal *de dicto*, digamos $\Box S$ (para “necessariamente S ”), não é implicada pela fórmula *de re*:

Em:

$$\exists x \Box Fx \wedge \exists x \neg \Box Fx$$

O único modo de produzir uma implicação nestes termos seria introduzir S em Em:

$$\exists x \Box (Fx \wedge S) \wedge \exists x \neg \Box (Fx \wedge S)$$

Isto, claro, implica $\Box S$, bastando para isto o axioma K e a regra de eliminação da conjunção no sistema de dedução natural.

De saída, Plantinga recusa que haja algum vínculo com a semântica modal de Kripke e mostra que as fórmulas S e Em, ao aplicarmos a *Kernel Function*, têm formas lógicas distintas.

S-Kernel: Seja S: João é essencialmente um não-número, aplicando D2 temos:

João é essencialmente um não-número se e somente se *João é um não-número* e $K(\text{João}, \text{numeridade})$ é necessariamente falso.

Em-Kernel: Aqui, teríamos como instância de *Em* a proposição: Algumas coisas são essencialmente pessoas e algumas não são. Aplicando D2 a cada termo da conjunção e eliminando a proposição *de re* de cada termo, temos:

Há um objeto x tal que x é uma pessoa e $K(x, \text{não-pessoalidade})$ é necessariamente falso; e há um objeto y tal que ou y não é uma pessoa ou $K(y, \text{não-pessoalidade})$ não é necessariamente falso (PLANTINGA, 1982. p.34).

Outra questão relevante para a compreensão da função *Kernel* é a propriedade de identidade. Para Plantinga, uma entidade com dois ou mais nomes próprios, digamos *vênus é vésper*, pode ser identificada na função sem problemas. Pois, $K(\text{vênus}, \text{é diferente de vésper})$ é necessariamente falso. Aqui, Plantinga admite a possibilidade de se atribuir outro valor de verdade para K a *posteriori*. Mas chama a atenção para o fato que de podemos criar uma classe de equivalência para todos os nomes que podemos substituir em x na função Kernel de um dado complemento de P (Ibidem. p.36). Considerando que tais proposições são entidades não linguísticas, como ele afirma acima, tais nomes nesta classe de equivalência contam apenas como “*tags*” (tarjas) sobre o objeto que será referido na função Kernel. A abertura para o uso desta classe de equivalência nos mostra que a variação dos nomes próprios implica na ampliação da classe, mas não no acréscimo de um operador de possibilidade ao nome.

Uma situação em que isto pode ocorrer é no uso de um nome próprio como a abreviação de uma descrição sobre a referência da fala de alguém (p.36), mas isto não fornece nenhum tipo de propriedade do objeto referido, e sim uma atribuição contextual consideradas as limitações epistêmicas dos falantes. Esta possibilidade leva Plantinga a admitir que nomes próprios não possuem a função exclusiva de batizar (ao estilo de Kripke), mas operar como termos gerais. Por exemplo, “eis uma Amélia arrependida”. Em outras situações, confirma Plantinga, podemos

usar nomes próprios como abreviações de descrições definidas (Ibidem. p.39). Em casos assim de abreviações, proposições como *John é divisível por 2*, em que John é substituto da descrição *o número que Carlos está pensando*, são contingentes. A aplicação dos passos D2 e D3 leva a contradições. Por exemplo, se considerarmos *Platão* como abreviação de *mestre barbudo de Aristóteles*, a sentença *Platão não foi mestre de Aristóteles* é à primeira vista necessariamente falsa. Mas, se usarmos a função Kernel $K(\text{Platão}, \text{barbuidade})$, Platão terá a propriedade essencial de ser barbudo. O que é absurdo. O meio de preservar a captura correta da função Kernel é utilizar exclusivamente o sentido kripkeano de nomeação ao se referir à entidade x da função. Um indício claro disto é a aceitação por Plantinga da substituição do nome por pronomes demonstrativos sem perda (PLANTINGA, 1982. p.41) e sabemos que pronomes demonstrativos são os iniciadores da cadeia causal de um nome. Mas isto significa que as descrições definidas estão banidas de sua teoria dos nomes? Minha tese é de que não estão. De fato, a teoria semântica para designar x é a de Kripke, mas ainda não está clara a natureza da designação da propriedade P e de seu complemento “não- P ”.

Plantinga compreende o enunciado “a propriedade de ser P ” como um nome próprio. Mas esta identidade, como uma dublagem (*to dub*) de uma propriedade em um nome, deve ser tratada como os nomes próprios das propriedades que tais nomes denotam (Ibidem. p. 31). Esta estratégia é fundamental para ele, pois é deste modo que se torna possível identificar propriedades essenciais de x no mundo atual e em outros mundos possíveis. A capacidade de usar um nome para denotar uma propriedade de uma entidade x , no mundo atual ou em qualquer outro mundo, se dá pela noção introduzida por Plantinga de que a partir do mundo atual W temos acesso à todos os estados de coisas não só de W , como de todos os outros mundos. A analogia escolhida por ele é a de um conjunto de livros em que cada livro contém uma descrição maximal de um mundo possível W^* . E, como cada mundo possível contém uma biblioteca com todos os livros acerca de todos os W^* , podemos fazer afirmações e valorações de verdade de proposições acerca do mundo no qual nos encontramos e, também, de todos os outros mundos possíveis. E como toda propriedade pode ser traduzida em um nome, “a propriedade de ser atual” também é tratada como um nome que denota o mundo W (que indicamos como *este mundo atual*) (Ibidem. p. 50-51).

Outra propriedade traduzida em um nome é Verdade-em- W . Seja W o mundo atual, seja p , “Frege foi um filósofo”, então p é verdadeiro-em- W . E em razão do argumento da biblioteca, p é verdadeira-em- W em todos os mundos possíveis: “Cada livro contém todos os outros livros neste sentido: se B é o livro sobre algum mundo, então para qualquer livro B' e proposição p ,

se p é um membro de B , então B' contém esta informação que p é um membro de B .” (Ibidem. p.55) E aqui retornamos à função Kernel. A propriedade essencial descrita por P ainda carece ser explicitada. Plantinga apresenta as condições de identificação de uma propriedade essencial da seguinte forma (Ibidem. p. 60):

Um objeto x tem uma propriedade P essencialmente, então se e somente se x tem P em todos os mundos nos quais x existe – equivalentemente (dado que objetos não têm nenhuma propriedade em mundos nos quais eles não existam) (...) não há mundo no qual x tem o complemento de P .

Mas, o que é o complemento de P exatamente? A propriedade \bar{P} (complemento de P) deve ser entendida como a propriedade *não- P* . O que Plantinga chama de complemento é *alguma* propriedade R , tal que P e R sendo mutuamente exclusivas, tal condição é suficiente para o emprego de não- P : $\forall x \exists R ((Px \rightarrow \neg Rx) \wedge (Rx \rightarrow \neg Px)) \Rightarrow \text{não-}P$.

E as propriedades essenciais? Plantinga as divide em propriedades essenciais triviais e não triviais. Dentre as triviais está a identidade consigo mesma, ser algo, ser colorida, Exo ser vermelha etc. Uma mesma propriedade pode ser essencial para um objeto e contingente para outro. Como, por exemplo, a propriedade de ser divisível por três. O número 3 a tem essencialmente, mas a quantidade de planetas do sistema solar a tem contingentemente (tanto que com a saída temporária de Plutão da lista de planetas, a propriedade passou a não ocorrer). Note que Plantinga também identifica como propriedade constructos lógicos como ter a propriedade de “ser Sócrates ou Platão”, que ele declara ser uma propriedade essencial (trivial) partilhada por Sócrates e Platão. Mas, quando se trata de uma propriedade contendo uma classe ao invés de um nome como a propriedade de “ser Sócrates ou grego”, temos que Sócrates a tem essencialmente e a partilha contingentemente com outros indivíduos (PLANTINGA, 1982. p. 62).

Dito isto, expande-se a noção de propriedade para todos os mundos possíveis de tal forma que as propriedades passem a ser indexadas aos mundos por meio de uma descrição traduzida no nome: “ P em A ”, para P como alguma propriedade e A como um estado de coisas da qual ela ocorre. Nele, “tem a propriedade P em A ” é aplicável a um objeto x em um mundo W se e somente se i) x existe em W e ii) Se W tivesse sido atual, A estaria contido em W , indicando x como tendo a propriedade P . Assim, descrevemos a indexação: “Onde P é uma propriedade e W um mundo, x tem a propriedade ter P -em- W em um mundo W^* se e somente se x existe em W^* e W^* inclui W incluindo x tendo P .” (Idem.). Isto é, há a descrição de x tendo P no livro contendo toda a descrição de W . Deste modo, Plantinga define uma propriedade indexada a um mundo (Ibidem. p. 63):

Uma propriedade P é indexada ao mundo se e somente se (1) há uma propriedade Q e um mundo W, tal que, para qualquer objeto x e mundo W*, x tem P em W* se e somente se x existe em W* e W inclui x tendo Q ou (2) P é o complemento de uma propriedade indexada ao mundo.

Onde, no caso (2), o complemento significa a) x existir e ser não-P ou b) x não existir, logo, não tendo P e nem não-P, mas qualquer outra propriedade.

Plantinga vai um pouco mais adiante e caracteriza a essência de uma entidade como um conjunto de propriedades indexadas unicamente possuídas pela entidade naquele mundo: “Para qualquer propriedade P e mundo W, se em W Sócrates possui sozinho P, então tendo-P-em-W é uma de suas essências.” (PLANTINGA, 1982. p.72). Uma propriedade essencialmente instanciada (*encaptic property*) está em uma relação de implicação com outras propriedades essenciais indexadas, tal que, para uma propriedade encáptica P, para cada propriedade Q indexada ao mundo, P implica Q ou P implica o complemento de Q (cf. Ibidem. p.73-75). A menor propriedade encáptica, isto é, sua essência, é definida como uma propriedade implicada por cada propriedade encáptica indexada que coincida com ela. Coincidir é definido como tendo a mesma classe de implicações de propriedades indexadas.

Outro modo de caracterizar uma essência é por meio de um conjunto completo e consistente de propriedades indexadas (Ibidem. pp.76-77). Tomando esta definição como uma propriedade, descreve-se a essência: a propriedade de ser uma essência instanciada por x em W é uma que x tem em cada mundo no qual x existe e esta propriedade é uma de suas essências (Ibidem. p.77). Me parece ser o propósito de Plantinga que nomes expressem essências por encapsular propriedades ocorrentes em todos os mundos nos quais o objeto nomeado existe. Mas nomes não em um sentido cotidiano, e sim em um sentido metafísico, onde eles operam como “tags” metafísicas que denotam justamente a essência do objeto (Ibidem. p.79), essência esta que pode ser substituída por uma descrição na forma de propriedades indexadas (Ibidem. p.80).

Segue-se, portanto, que a função Kernel associa nomes, assegurando a mudança do enunciado *de re* para *de dicto*, ao garantir a mudança do predicado modal interpretado *necessariamente verdadeiro* para o todo da proposição quando outra proposição formada pelo nome x e o complemento do nome P apontarem para *necessariamente falso*. Ao menos é o que podemos tomar como o objetivo de Plantinga. Resta perguntar: por que tratar predicados enários, expressões quantificadas, fórmulas lógicas, verdadeiro-em-W (falso-em-W), propriedades indexadas ao mundo e proposições da lógica de predicados de segunda e terceira ordem como nomes? A resposta está nas últimas considerações que fizemos acerca da função

dos nomes. O nome no sentido dado por ele é um marcador metafísico, que denota diretamente (por uma espécie de acesso a todos os mundos possíveis, via hipótese da biblioteca) qualquer entidade e propriedade.

Mas é claro que isto é uma estratégia para evitar todos os problemas epistêmicos e contextuais que vimos ao longo da nossa discussão. Mesmo que assumamos o papel do nome para denotar objetos (entidades), a função do nome ao tratar de propriedades é claramente a de dublar. Esta segunda forma de aplicação do nome se assemelha mais a uma estratégia heurística para lidar com uma infinidade (literalmente) de propriedades ao longo de todos os mundos possíveis do que uma estratégia efetiva de substituição semântica.

Afinal, todas estas propriedades são expressões descritivas de naturezas e ordens diferentes, todas elas postas sob o mesmo conceito de nome. Por exemplo, x é mais alto que o Everest (em notação da LPO, algo como: Axe), x está entre Pedro e Carlos ($ExpC$), x é o mais velho de seus irmãos ($\forall y(Ixy \rightarrow Oxy)$). Isto é ainda mais presente ao compararmos a definição de verdade para a lógica modal onde “ x é P é verdadeiro-em- w ” pode ser lido como: Seja $w \in W$, $v(Px) = V$ sss v designa o valor V em w , ou dito de modo mais preciso, seja um modelo \mathfrak{A} para a linguagem modal de predicados uma quadrupla $\langle W, R, D, V \rangle$ no qual W é o conjunto de mundos, R uma relação de acessibilidade sobre W , D um domínio do discurso e v uma função de atribuição de valores de verdade, onde P é um predicado enário, $v(P)$ é um conjunto de $n+1$ uplas da forma $\langle x_1, \dots, x_n, w \rangle$ para $x_1, \dots, x_n \in D$ e $w \in W$. Tal que, designamos uma função μ às variáveis onde para cada x_n , $\mu(x_n) \in D$. Assim definimos verdade como $v_\mu(Px_1 \dots x_n, w) = V$ se $\langle \mu(x_1), \dots, \mu(x_n), w \rangle \in v(P)$, onde $v(P)$ é a extensão do conceito em w (HUGHES; CRESSWELL, 1996. p.243). Isto certamente faz do emprego de predicados e funções de ordens superiores e poder transformá-las em nomes não me parece uma consequência imediata ou trivial. Pois, características como estas, embora possam ser tomadas como nomes segundo a argumentação de Plantinga, possuem um amplo uso de conjuntos, pares ordenados e outras características conjunto-teóricas que são consagradas como expressáveis por meio de predicados na linguagem ou metalinguagem lógica. Mas não é preciso ir muito fundo na lógica modal para identificar o uso de descrições encapsuladas por nomes. Ora, a propriedade encáptica utiliza em sua definição a noção de implicação (*entailment*) tomada por Plantinga como uma propriedade de Sócrates que “seja Sócrates ou grego” onde dificilmente podem ser concebidas como um nome ou como a parte de um nome.

Outro indício do uso das descrições está no fato dele aceitar que nomes podem denotar conjuntos de propriedades e aqui aparece de modo explícito a participação das descrições,

corroborada pelo fato de que podemos criar classes de equivalência entre nomes. Ora, tais conjuntos propriedades-em-W formam a descrição definida daquela entidade, naquele mundo, como se disséssemos: Sejam os predicados P_1, \dots, P_n a totalidade de predicados-em-W essenciais a x e $\bar{P}_1, \dots, \bar{P}_n$ seus respectivos complementos, então, $\exists x \left((P_1x \wedge \dots \wedge P_nx) \wedge \neg(\bar{P}_1x \vee \dots \vee \bar{P}_nx) \wedge \forall y \left(((P_1y \wedge \dots \wedge P_ny) \wedge \neg(\bar{P}_1x \vee \dots \vee \bar{P}_nx)) \rightarrow y = x \right) \right)$, e isto nada mais faz do que mapear uma classe de equivalência para x em W e note que esta forma de identificar x por uma descrição definida está de acordo com a identificação de propriedades essenciais citada acima (cf. p.60), além disso, está de acordo com a noção de *cluster* de descrições como o que foi defendido por Searle e Wittgenstein, com o acréscimo da indexação e da noção de propriedade complementar.

De fato, parece que encapsular predicados enários, expressões de segunda e terceira ordem, expressões lógicas na forma de nomes auxilia a localizá-los na miríade de outras expressões da nossa linguagem e dos mundos possíveis. Mas, para manipular estes nomes, como são os casos da própria aplicação da função Kernel, dos nomes trivialmente essenciais e das propriedades ancápicas, é preciso desencapsular tais nomes, realizar as operações semânticas e sintáticas usuais, como atribuir valorações a interpretações de predicados e nomes, eliminar quantificadores, aplicar relações de acessibilidade entre enunciados, construir implicações entre enunciados quantificados etc.

Além disso, se este não fosse o caso, haveria o risco de um problema da multiplicação de entes similar ao efeito do *axiom of infinity* de Russell, de um modo geral um problema chamado de o problema da *barba de Platão*. Se de fato os nomes que denotam tais propriedades indicassem objetos no sentido metafísico, a multiplicação de entes teria consequências desastrosas. Teríamos uma quantidade absurdamente grande de entidades, considerando que as expressões nomeadas por Plantinga são expressões de lógicas de primeira ordem e ordens superiores, tudo isto variando em existência em todos os mundos possíveis. Mas acredito que isto não parece ser o caso, pois, ao longo de seu texto, a propriedade de existência (que pode ser tratada como um predicado de segunda ordem e parece que é o caso para Plantinga) é um atributo discutido exclusivamente acerca de x , nunca acerca de P . E como defendi, acima, o tratamento de atribuição dos nomes às propriedades é heurístico. Deste modo, todas as propriedades que identificam unicamente x , em especial as indexadas ao mundo, são de fato descrições definidas que utilizam quantificações para identificar x .

Conclusão

O ponto fundamental desta investigação é a estratégia de equacionar a noção de designadores rígidos e o papel de identificação de propriedades essenciais por meio de descrições definidas. Vimos que isto é o caso a partir da aplicação da função Kernel elaborada por Plantinga. Pois, uma vez com o nome fixado, podemos vasculhar mundos possíveis, em que aquela entidade fixada pelo nome varie em suas propriedades incluindo sua existência, e tratar tudo isto como uma forma de identificar a entidade e suas propriedades associadas, graças à estratégia de converter diferentes propriedades em nomes. Desta forma, sintetizando as teorias descritivista e causal da referência.

Além disto, a noção de propriedade essencial “x ter a propriedade P essencialmente” significa “x não ter P é necessariamente Falso”, onde “não ter não-P” é equivalente a “ter P” (cf. PLANTINGA, 1982. p.30). O que significa que podemos obter propriedades essenciais negativas, endossando justamente a contra-crítica ao argumento semântico de Kripke. Isto certifica que é possível ter acesso a algum tipo de informação negativa analiticamente.

Do mesmo modo, admite-se empregar nomes como abreviações de descrições definidas. Com uma noção de batismo ampliada, é possível nomear em uma situação como: “Pedro está pensando em um número entre 1 e 10”. Podermos usar um nome como “André” para denotar o número pensado por Pedro na sentença “André é primo”. Neste contexto, sabemos *a priori* que é verdadeiro um dos dois: “André é necessariamente primo ou André é necessariamente múltiplo” (cf. Ibidem. p. 38-39). Este argumento preserva a contra-crítica ao argumento epistêmico de Kripke, garantindo que o contexto nos forneça certas verdades *a priori*.

De fato, o argumento acima repousa sobre o procedimento de batismo e o papel dos pronomes demonstrativos na argumentação de Plantinga. Para ele, o nome logicamente próprio é a categoria semântica fundamental para se articular modalidade na linguagem e referência metafísica. Podemos nomear não apenas entidades, mas propriedades. Isto garante que pensar um determinado mundo é pensar uma concatenação de nomes. E uma vez fixados aqueles nomes pelo ato de batizar, podemos identifica-los em todos os mundos possíveis, tal como pensou Kripke. Note que esta discussão sobre batizar preserva o procedimento padrão descrito por Kripke e herdado de Russell, que é o uso dos pronomes demonstrativos, mas não se restringe a isto. O batismo permite localizar até mesmo entidades que não tenham sido nomeadas (por não serem conhecidas ou por não existirem no mundo atual) e entidades que pertençam a sequências infinitas (PLANTINGA, 1982. p. 30-31).

Observando as críticas de Kripke, os contra-argumentos a estas críticas e a *Kernel Function* de Plantinga com a noção de nomes associada, podemos concluir que:

O papel do nome próprio de Plantinga escapa à crítica modal metafísica de Kripke uma vez que, na concepção de Plantinga,

- 1) Os nomes próprios funcionam como designadores rígidos.
- 2) Descrições definidas são dubladas como nomes de modo que funcionem como designadores rígidos.
- 3) Seja n um designador rígido e φ -em- W uma descrição na forma de nome, então n e φ convergem em seus papéis semânticos.

4) Logo, nomes próprios e descrições definidas são intersubstituíveis, *salva veritate*.

Sobre o argumento semântico de Kripke, se considerarmos propriedades essenciais como os componentes da essência de um objeto, podemos dizer que a substituição do nome por uma classe de equivalência de propriedades essenciais é analítica. Sobre o argumento epistêmico, podemos também realizar a substituição *a priori*, na medida em que estamos substituindo o nome pela descrição da essência do objeto.

Neste sentido, a função *Kernel* torna possível escapar às críticas de Kripke e estar de acordo com a contra-crítica modal de Dummett, visto que a função converte a modalidade *de re* para *de dicto*. A contra-crítica semântica é satisfeita pela noção de propriedades complementares, isto é, há informações negativas *a priori*. A própria noção de complemento de uma propriedade mostra que ela é identificável *a priori*. Já a noção de nome no sentido metafísico elaborado por Plantinga está de acordo com a contra-crítica epistêmica, aqui não há uma dependência contextual intramundana, na melhor das hipóteses uma contextualização via indexação a um mundo determinado.

Contudo, a variação de mundos não é livre. Plantinga afirma que o mundo atual tem prioridade sobre todos os outros mundos possíveis e a fixação da descrição definida dos entes deste mundo atual é condição suficiente para estabelecer as propriedades essenciais dos entes e assim garantir a fixação do nome próprio em todos os mundos possíveis. As propriedades essenciais, por sua vez, são identificáveis por meio da função *Kernel*. O que, como vimos acima, nos leva a rever a crítica de Dummett a Kripke. Pois, agora, podemos pensar propriedades essenciais de Aristóteles sem nos emaranharmos no essencialismo clássico, escapando da

impossibilidade de rastrear propriedades essenciais (necessárias) das entidades nomeadas conforme Kripke apontou.

Isto leva a perceber que a função *Kernel* tem a interessante propriedade de resguardar todo o caráter metafísico do significado no seu sentido ontológico e epistêmico, mantendo as propriedades clássicas de necessidade, analiticidade e apriorismo. Ainda assim, permitindo e ampliando a estratégia de Kripke em usar nomes logicamente próprios como marcadores modais com a característica adicional dos nomes aplicados às propriedades funcionarem com um expediente reversível, muito mais próximo a uma estratégia de prova do que a uma propriedade metafísica *per si*, mas que é usado habilmente por Plantinga para reafirmar uma ontologia modal e, em certo sentido, relacional. Desta forma, construindo uma rede de designadores rígidos e uma ontologia linguística de nomes contingentes e essenciais, aproximando-se ao que podemos encontrar na ontologia linguística de Wittgenstein no *Tractatus*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMANN, P. Kripke's Critique Revisited. In: *Princípios*, v.17, n.27, pp.167-201, 2010.
- BRANQUINHO, J.; MURCHO, D.; GOMES, G.N. *Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- DUMMETT, M. Frege: *Philosophy of Language*. Cambridge: Harvard University Press, 1973.
- FREGE, G. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Trad. Org. Paulo Alcoforado. São Paulo: Edusp, 2009.
- _____. *Os Primeiros Escritos Lógicos de Gottlob Frege*. [Notas, Org. e Trad. Paulo Alcoforado; Alessandro Duarte; Guilherme Wyllie]. Niteroi: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio "Ramon Llull", 2012.
- _____. FREGE, Gottlob. *O Pensamento* [1988]. Trad port: Marco Ruffino. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/Edufrn, 1999.
- GRAÇA, Adriana S. Referência e Denotação: Duas funções Semânticas Irredutíveis. In: *Disputatio*. n.12, pp.3-20, 2002.
- HAACK, S. *Filosofia das Lógicas*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- HARMAN, G. H. A Nonessential Property. In: *The Journal of Philosophy*. Vol. 67, No. 6, 1970. pp. 183-185.
- HUGHES, G. E.; CRESSWELL, M. J. *A New Introduction to Modal Logic*. New York, Routledge, 1996.
- KNEALE, W. *Modality De Dicto and De Re*. in: *Logic, Methodology and Philosophy of Science, Proceedings of the 1960 International Congress*. Stanford: Stanford University Press, pp. 622-633, 1962.

- KRAUSE, D. *Tópicos em Ontologia Analítica*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- KRIPKE, Saul. *Naming and Necessity*. Massachusetts: Harvard University Press, 1996.
- MARCUS, R. B. Modalities and Intensional Languages. In: *Synthese*, v.13.n.4. Neatherlands: Springer, pp.303–322, 1961.
- PARSONS, T. Essentialism and Quantified Modal Logic. In: *The Philosophical Review*, Vol. 78, No. 1, Durham: Duke University Press, 1969. pp. 35-52
- PENCO, C. *Introdução à Filosofia da Linguagem*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- PLANTINGA, A. *The Nature of Necessity*. Oxford: Oxford University Press, 1982.
- PLATÃO. *Crátilo: ou sobre a correção dos nomes*. São Paulo: Paulus, 2014.
- QUINE. W. V. O. *Word and Object*. Massachusetts: M.I.T. Press, 1960.
- RUSSELL, B. On Denoting. In: *Mind*. v.14, pp.479-493, 1905.
- _____. *Os Problemas da Filosofia*. Lisboa: Edições 70, 2016.
- SEARLE, J. “Proper Names”. In: *Mind*, v.67, n. 266, pp. 166-173, 1958.
- STRAWSON, P. F. On Referring. In: *Mind*, v.59, n.235, p.320-344, 1950.
- WITTGENSTEIN, L. *Tratado Lógico Filosófico*. São Paulo: Edusp, 2010.
- _____. *Investigações Filosóficas*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ZIFF, P. *Semantic Analysis*. New York: Cornell University Press, 1960.